

# NOTA INTRODUTÓRIA

## CONFLITOS E PAZ EM ÁFRICA: DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS DE INVESTIGAÇÃO

*Alexandra Magnólia Dias*

NÃO DEVEMOS ESQUECER QUE O TRABALHO DE CAMPO PODE INCLUIR ALEGRIA,  
OU ASSUMIR QUE O CUSTO PESSOAL DE PESQUISAR VIOLÊNCIA  
É AUTOMATICAMENTE MAIOR DO QUE OS BENEFÍCIOS.  
NA VERDADE, O TRABALHO DE CAMPO PODE REPRESENTAR TANTO O MELHOR  
COMO O PIOR DO QUE A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA TEM PARA OFERECER  
E PROPORCIONAR INCENTIVOS À TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E POLÍTICA.

Walsh (2019, p. 233)

A investigação sobre o conflito e a paz em África tem sido condicionada e depende inevitavelmente da capacidade dos investigadores de negociar o acesso aos locais de pesquisa (Feldman et al., 2003; Norman, 2009). Estes fatores, juntamente com os riscos pessoais enfrentados pelos investigadores, acabam por afastar talentos e contributos valiosos nesta área de investigação. A relação entre investigadores e participantes tem sido amplamente explorada na literatura (de Guevara & Bøås, 2020); contudo, as perspetivas críticas e estratégias locais daqueles grupos mais vulneráveis, pela sua marginalização face ao Estado, devido aos conflitos armados e ao seu legado, só recentemente começaram a ser destacadas na literatura sobre conflito e reconstrução da paz (Sriram et al., 2009). Tal reflete uma tendência para uma viragem local nos estudos sobre os conflitos e a paz (Mac Ginty & Richmond, 2013).

Este dossiê reúne contributos sobre os desafios de realizar investigação em contextos marcados pela violência e pelo conflito armado, abordando o papel de atores externos, bem como dos atores de segurança africanos, na mediação e resolução de conflitos e na reconstrução da paz. Além disso, incorpora perspetivas de atores locais, criando conhecimento baseado nas experiências de investigação em contextos de conflito e pós-conflito. Experiências essas que deixam marcas profundas tanto nos investigadores quanto nos seus interlocutores, como se torna evidente na leitura dos artigos e de obras incontornáveis (Bisoka & Thomson, 2021; Thomson et al., 2013).

Os autores aceitaram o desafio de refletir conjuntamente sobre questões-chave, retirando lições em perspectiva comparada sobre os dilemas e obstáculos de investigação qualitativa baseada em trabalho de campo em contextos hostis, sob regimes autoritários e/ou com um legado de conflito armado. As questões levantadas aos autores centram-se em três temáticas principais: as etapas do ciclo de investigação, desde a preparação do trabalho de campo à publicação dos resultados; os princípios éticos na recolha de dados com sujeitos humanos em contextos de maior vulnerabilidade, garantindo a sua segurança e integridade física; e o papel dos diversos interlocutores na relação com os investigadores e na produção de conhecimento, incluindo o compromisso ético de amplificar a voz dos atores locais afetados pela violência e pelos conflitos, mas afastados dos processos de tomada de decisão que transformam as suas vidas de um dia para o outro.

Os quatro artigos que compõem este dossiê exploram, assim, os desafios do trabalho de campo e os princípios éticos na condução da investigação – desde a seleção de estudos de caso à execução das atividades de investigação –, abrangendo diferentes regiões de África: Quênia e Etiópia (África Oriental), Libéria (África Ocidental), Angola (África Austral) e Mauritânia (Sahel). A seleção baseou-se em dois critérios centrais: 1) estudos de caso marcados por situações de conflito, seja em forma de legado histórico, de conflito em curso ou de violência política e/ou criminal, e 2) a realização de trabalho de campo pelos autores. A escolha dos casos considerou ainda a diversidade regional, os legados coloniais, as trajetórias de formação do Estado e os projetos políticos de construção da nação. Mais do que destacar os contextos específicos, o objetivo foi reunir artigos que oferecessem recomendações, boas práticas, alertas sobre erros a evitar e lições extraídas de experiências únicas de trabalho de campo em África, em contextos de conflito ou pós-conflito. Com efeito, o dossiê enfatiza a importância da pesquisa etnográfica e a centralidade do trabalho de campo em Antropologia como algo valioso a ser incorporado nos estudos em Relações Internacionais e na investigação sobre conflito e paz. O trabalho de campo é entendido como uma oportunidade singular de interação direta, de proximidade e de aplicação de métodos participativos, como veículos essenciais de compreensão (Narrowe, 2024, p. 32) e ferramentas analíticas insubstituíveis. Além disso, reconhecer a agência dos atores africanos é fundamental: são estes que produzem novas leituras da sua própria história, muitas vezes partilhada em narrativas orais, surgidas em conversas informais e cultivadas em relações de confiança que se tornam fontes de conhecimento por excelência (Ibidem, p. 26).

Os autores dos artigos relatam práticas, erros e recomendações que gostariam de ter conhecido antes das suas primeiras deslocações para realização de trabalho de campo<sup>1</sup>.

### **IMPREVISTOS, MEDIAÇÕES E ADAPTAÇÕES DURANTE O TRABALHO DE CAMPO**

Os artigos destacam a importância dos intermediários que podem assumir múltiplos papéis desde *gatekeepers*, assistentes de pesquisa, intérpretes e sujeitos da investigação.

Toscano (Quénia) e Dias & Calléja (Etiópia e Libéria) associaram-se a organizações da sociedade civil para garantir acesso aos locais de realização de trabalho de campo. Contaram com intermediários que assumiram papéis múltiplos como intérpretes e assistentes, prestando um apoio valioso na identificação de participantes e na realização das atividades. Já Suamo (Angola) enfrentou maiores dificuldades, não tanto pela natureza do tema, mas pelo tipo de regime no país, que dificultou o acesso a alguns dos sujeitos de investigação. Os primeiros contactos resultaram frequentemente em cancelamentos ou ausência de respostas. Situação semelhante ocorreu com Dias (artigo de Dias & Calléja) na Etiópia e sobretudo na Eritreia, devido ao carácter sensível do objeto de estudo (a guerra de 1998-2000). Para mitigar tais obstáculos, Dias apostou em múltiplas deslocações em vez de estadias prolongadas, privilegiando localidades fora das capitais e junto de atores diretamente afetados pelo conflito (exceto na Eritreia, onde tal não foi possível). Freire, nas suas pesquisas de longo prazo na Mauritânia, baseou-se em observação participante, o que lhe permitiu conquistar a confiança dos interlocutores e manter abertura para incorporar pistas de investigação oferecidas pelos participantes da investigação.

Toscano (Quénia) relata dificuldades no recurso a intérpretes, já que o género masculino destes inviabilizou entrevistas sobre violência de género contra mulheres. Em contraste, Calléja (artigo de Dias & Calléja) beneficiou da presença feminina, tanto nas *Peace Huts* («Cabanas da Paz») como na sua própria equipa, criando um ambiente propício às entrevistas e aos grupos focais. Ainda assim, tanto Calléja como Dias enfrentaram obstáculos logísticos durante a época das chuvas, que dificultaram ou impossibilitaram o acesso a locais importantes.

A questão da segurança pessoal dos investigadores e dos participantes surge nos artigos de Toscano e de Dias & Calléja, que destacam a adoção de medidas preventivas para reduzir vulnerabilidades e desconhecimento dos contextos *in loco*. Todos os autores deste dossiê reafirmam ainda o compromisso com os princípios de confidencialidade e anonimato, fundamentais para prevenir consequências inesperadas para os participantes.

Em contextos hostis à investigação em Ciências Sociais, seja em regimes autoritários ou democracias denominadas iliberais, com legado de conflito ou focos de violência, o inesperado tende a ocorrer, mesmo com uma preparação minuciosa. Por isso, é fundamental manter abertura e flexibilidade, mas com bom senso e prudência, evitando a improvisação. Embora esta possa ser compatível com pesquisas etnográficas em contextos de paz, como defende Gusterson (2009, p. 113), em ambientes hostis os riscos superam os benefícios.

A fase de recolha de dados, sobretudo a negociação do acesso, tende a combinar escolhas condicionadas e independentes. Nos casos dos artigos de Toscano e de Dias & Calléja, o recurso a organizações da sociedade civil condicionou os locais de estudo e a seleção dos participantes, embora a autonomia das autoras tenha sido preservada na seleção das entidades parceiras. Suamo, por outro lado, centrou-se em contactos ins-

titucionais a nível nacional, internacional e em organizações regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Já Freire contou com maior independência, fruto do conhecimento profundo do contexto e dos participantes, mostrando a importância de identificar e selecionar previamente as instituições e os representantes do Estado nos locais a visitar, potenciais guias e/ou assistentes de pesquisa, os atores a entrevistar e, sobretudo, os guardiães.

Neste processo, destaca-se o papel dos *gatekeepers* (Feldman et al., 2003, p. 31): cidadãos com autoridade, legitimidade ou prestígio local cuja intervenção pode facilitar ou dificultar o acesso. Para Toscano e para Dias & Calléja, estes foram fundamentais para garantir segurança e sucesso no trabalho de campo. Em contrapartida, a ausência de recurso a *gatekeepers* ou a sua abordagem sem incentivos financeiros limitou a recolha de dados essenciais nas investigações de Suamo (Angola) e de Dias (em particular na Eritreia). Os obstáculos e condicionantes fazem parte da experiência de investigação e têm tanto valor quanto as escolhas independentes, pois ambos alimentam o ciclo de produção de conhecimento original.

Uma vez garantido o acesso, as opções metodológicas variam entre recolha de documentos, observação participante e não participante, redação de notas de campo (Hüsken, 2019), entrevistas estruturadas e semiestruturadas, histórias de vida, grupos focais e questionários quantitativos. No artigo de Dias & Calléja, a investigação do caso da Libéria destacou-se pela combinação de métodos mistos, integrando abordagens qualitativas e quantitativas na sua investigação na Libéria. Parte destas atividades foi apoiada por assistentes de pesquisa, responsáveis por relatórios descritivos semanais ou mensais que enriqueceram o processo<sup>2</sup>.

## **ENTRE ÉTICA E POSICIONALIDADE: DESAFIOS DO TRABALHO DE CAMPO EM ÁFRICA**

Os princípios de consentimento informado, confidencialidade e anonimato, prestação de contas e de não prejudicar (*doing no harm*), subjacentes à recolha de dados com sujeitos humanos em contextos de maior vulnerabilidade – como bem evidenciam os artigos de Toscano, de Dias & Calléja e de Freire – revelam-se centrais. São fundamentais para garantir a segurança e a integridade física dos investigadores e participantes, traduzindo um compromisso ético com a amplificação da voz dos atores mais vulneráveis.

O artigo de Suamo destaca-se pela realização de entrevistas com elites políticas e militares e com funcionários de organizações internacionais. Mostra os desafios acrescidos para investigadores oriundos das sociedades onde realizam a sua investigação, podendo a trajetória e o legado de conflito armado prolongado constituir entraves ao trabalho de investigação, sobretudo em questões de segurança internacional. Já os artigos de Toscano, de Dias & Calléja e de Freire colocam em evidência as perspetivas de atores locais sobre os objetos de estudo.

Para além das questões de consentimento, de transparência e de confidencialidade, os participantes levantaram a questão da compensação monetária e/ou pagamento de honorários ou outros benefícios que reconhecessem o tempo e o conhecimento prestado. No caso do artigo de Toscano, este ponto foi previamente abordado e definido.

A dimensão do retorno da investigação para os sujeitos estudados não é tratada de forma explícita nos artigos, permanecendo como um campo fértil para reflexão e aprofundamento. O processo de criação de conhecimento é, na sua essência, um empreendimento coletivo que deve ir além de práticas extrativistas de mera recolha de dados (Clift et al., 2023, p. 16). Em grande parte das investigações individuais, muitas vezes com financiamento reduzido ou inexistente, os benefícios da investigação concentram-se nas instituições, nos investigadores e nas sociedades onde estão inseridos ou nas relações entre Estados, traduzindo-se em prestígio académico, publicações e colaborações institucionais, mas com impacto direto reduzido para os atores locais afetados por violência e/ou legados de conflito armado. Os benefícios tendem a ser indiretos, residindo na difusão dos seus resultados para públicos mais amplos e contrariando o silenciamento habitual dos *media mainstream*, que acabam por privilegiar os conflitos de alta intensidade e com envolvimento de grandes potências.

O presente dossiê sublinha a importância de pensar o ciclo de investigação, prevenindo compromissos sucessivos e recorrendo a múltiplas deslocações aos locais de trabalho de campo como forma de garantir algum retorno dos benefícios da investigação para os participantes. Na ausência dessa possibilidade, o desequilíbrio entre os ganhos diretos dos sujeitos de investigação e os benefícios para os investigadores tende a afetar negativamente as relações de pesquisa, com consequências na produção de dados e na criação coletiva de conhecimento a longo prazo. A análise desses efeitos relacionais deve caminhar em paralelo com a reflexão sobre a posicionalidade de todos os intervenientes na investigação.

A maioria dos artigos traduz uma estratégia de apropriação da metodologia antropológica, recorrendo ao trabalho de campo visando conferir à investigação uma base empírica original sustentada na observação participante. Esta abordagem qualitativa é determinante para a criação de conhecimento novo. Toscano conduziu pesquisa em locais marcados simultaneamente por exclusão social e violência, que dificilmente poderiam ser compreendidos através de estudos de caso isolados ou em perspetiva comparada, devido aos riscos implicados para os investigadores. Já Dias & Calléja só conseguiram aceder a perspetivas de atores situados em localidades de difícil acesso através de trabalho de campo. Suamo, por seu lado, demonstrou resiliência ao procurar, em diferentes momentos e locais, representantes do Estado angolano com envolvimento na formulação da política externa, tanto a nível nacional (em Angola) como internacional (na África do Sul e no Botswana, na sede da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). No caso de Freire, o trabalho de campo prolongado possibilitou que os seus interlocutores o encaminhassem para uma narrativa oral sobre uma antepassada com ligações a Portugal.

Os artigos abordam ainda, de forma direta ou indireta, a identidade dos investigadores, remetendo para a sua posicionalidade, entendida como o lugar que o investigador ocupa em relação ao outro e às políticas de produção de conhecimento científico (Johnstone, 2019). Afloram aspectos como a origem (país ou afiliação institucional) dos investigadores, seja em termos de género, de religião e, eventualmente, de questões raciais que têm vindo a receber crescente atenção e alimentado debates promissores (Rivas & Browne, 2019). A investigação configura-se, assim, como um processo contínuo de negociação, em que reconhecer a importância da identidade e da posicionalidade dos intervenientes é essencial para compreender as políticas de produção de conhecimento científico.

Por outras palavras, investigadores e participantes da investigação desempenham papéis fundamentais: os primeiros, recolhem e interpretam dados empíricos originais à luz de quadros teóricos mais ou menos distantes dos sujeitos estudados; os segundos, influenciam decisivamente essa produção, fornecendo perspetivas que tornam possível a criação de conhecimento coletivo.

### **CONCLUSÃO: BOAS PRÁTICAS E ERROS A EVITAR**

O trabalho de campo em contextos de conflito e pós-conflito em África evidencia a importância de múltiplas deslocações e da observação participante para criar conhecimento original e contextualizado. Relações de confiança e abertura com os participantes são, deste modo, fundamentais, permitindo aceder a informações situacionais privilegiadas que podem orientar análises sobre dinâmicas locais e riscos de conflito. Embora o conhecimento local seja valioso, ele não garante, por si só, a prevenção de crises. A implementação de mecanismos de resolução de conflitos a nível comunitário pode conferir agência aos atores locais e reduzir a recorrência de violência (Coleman & Tiekou, 2018). Por outro lado, o cumprimento de princípios éticos – consentimento, confidencialidade, anonimato e *doing no harm* – assegura a segurança de investigadores e participantes e fortalece a validade e a legitimidade do conhecimento produzido. Considerar o retorno da investigação aos sujeitos estudados, mesmo que indireto, é essencial para equilibrar relações e consolidar a produção de conhecimento coletivo.

Em última análise, o processo de investigação é uma prática de colaboração e humanidade partilhada, que combina rigor metodológico com sensibilidade ética, adaptabilidade e atenção às dinâmicas locais, constituindo-se como base para a criação de conhecimento relevante, empírico e socialmente responsável. Em boa verdade, a principal lição a retirar dos artigos é a de que «o processo de investigação constitui-se como humanidade partilhada» (Lake & Hartman, 2023, p. 27). **RI**

**Alexandra Magnólia Dias** Investigadora no IPRI-NOVA e professora auxiliar no Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH. É coordenadora do doutoramento em Estudos sobre a Globalização. Os seus interesses de investigação enquadram-se no panorama da segurança em África, com parti-

cular enfoque no Corno de África e nas áreas fronteiriças, bem como nas relações internacionais de África numa ordem global em mudança.

> NOVA FCSH, Av. Berna 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal | alexandradias@fcs.unl.pt. | <https://orcid.org/0000-0002-8798-0835>

## NOTAS

<sup>1</sup> Este dossiê resulta de um debate inicial organizado no contexto da Secção de Estudos Africanos da Associação Portuguesa de Ciência Política, apresentado no painel «Investigação em Paz e Conflito em África», no XII Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política em África (ISCTE-IUL, Lisboa 6-8 de março de 2025).

<sup>2</sup> Em relação à utilidade do recurso a relatórios realizados por assistentes de pesquisa, ver Glawion (2020).

## BIBLIOGRAFIA

Bisoka, A. N., & Thomson, S. (2021). *Field research in Africa: The ethics of researcher vulnerabilities*. James Currey.

Clift, B. C., Costas Battle, I., Bekker, S., & Chudziakowski, K. (Eds.). (2023). *Qualitative researcher vulnerability: Negotiating, experiencing and embracing*. Routledge.

Coleman, K. P., & Tieku, T. K. (2018). African agency in theory and practice. In K. Coleman & T. K. Tieku (Eds.), *African actors in international security: Shaping contemporary norms* (pp. 241-256). Lynne Rienner Publishers. <https://doi.org/10.1515/9781626377295-015>

de Guevara, B. B., & Bøås, M. (Eds.). (2020). *Doing fieldwork in areas of international intervention: A guide to research in violent and closed contexts* (1.ª ed.). Bristol University Press. <https://doi.org/10.2307/ctv12pns9g>

Feldman, M. S., Bell, J., & Berger, M. T. (Eds.). (2003). *Gaining access: A practical and theoretical guide for qualitative researchers*. AltaMira Press.

Glawion, T. (2020). *The security arena in Africa: Local order-making in the Central African Republic, Somaliland, and South Sudan*. Cambridge University Press.

Gusterson, H. (2009). Ethnographic research. In C. Klotz & D. Prakash (Eds.), *Qualitative methods in international relations: A pluralist guide* (pp. 93-113). Palgrave Macmillan.

Hüsken, T. (2019). *Tribal politics in the borderland of Egypt and Libya*. Palgrave Macmillan.

Johnstone, L. (Ed.). (2019). *The politics of conducting research in Africa: Ethical and emotional challenges in the field*. Palgrave Macmillan.

Lake, M., & Hartman, A. C. (2023). Vulnerability, the pursuit of knowledge and the humanity of doing research. In I. Costas Battle, B. C. Clift, S. Bekker, & K. Chudziakowski (Eds.), *Qualitative researcher vulnerability: Negotiating, experiencing and embracing* (pp. 26-40). Routledge.

Mac Ginty, R., & Richmond, O. P. (2013). The local turn in peace building: A critical agenda for peace. *Third World Quarterly*, 34(5), 763-783. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.800750>

Narrowe, J. (2024). Moments of sharing: Fieldwork in Ethiopia (1988-2008). In U. C. Dinar & K. Pallaver (Eds.), *Africa as method: A handbook of sources and epistemologies*. Springer Nature.

Norman, J. (2009). Got trust? The challenge of gaining access in conflict zones. In C. L. Sriram, J. C. King, J. A. Mertus, O. Martin-Ortega, & J. Herman (Eds.), *Surviving field research: Working in violent and difficult situations* (pp. 71-90). Routledge.

Rivas, A.-M., & Browne, B. C. (Eds.). (2019). *Experiences in researching conflict and violence: Fieldwork interrupted*. Bristol University Press.

Sriram, C., King, J., Mertus, J., Martin-Ortega, O., & Herman, J. (Eds.). (2009). *Surviving field research: Working in violent and difficult situations*. Routledge.

Thomson, S., Ansoms, A., & Murison, J. (Eds.). (2013). *Emotional and ethical challenges for field research in Africa: The story behind the findings*. Palgrave Macmillan.

Walsh, S. (2019). Empathy as critical methodological tool for peace research. In A.-M. Rivas & B. C. Browne (Eds.), *Experiences in researching conflict and violence: Fieldwork interrupted* (p. 233). Bristol University Press.